



ASCENSÃO ECONÔMICA DE LIBERTOS NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL: O CASO DO PRETO FORRO PEDRO GONÇALES, INÍCIO DO SÉCULO XIX

Gabriel Aladrén
Mestrando em História (PPGH/UFF)

Resumo: Este trabalho pretende refletir acerca das possibilidades de ascensão social de libertos no Rio Grande de São Pedro do Sul, no início do século XIX. Para tanto, analisaremos um caso singular, do preto forro Pedro Gonçalves. As fontes utilizadas foram o processo criminal aberto após o seu assassinato, no distrito do Caí, em 1819, bem como inventários *post-mortem*. As fontes foram analisadas com o objetivo de reconstituir aspectos da vida de Pedro Gonçalves. Neste sentido, enfocamos especialmente suas atividades econômicas, a constituição de seu patrimônio e suas relações com escravos e homens livres.

Palavras-chave: Libertos – Atividades econômicas – Rio Grande de São Pedro

Abstract: This paper intends to reflect about the possibilities of upward mobility of freedmen in Rio Grande de São Pedro do Sul, in the beginning of the 19th century. It will be analyzed a singular case, of the freedman Pedro Gonçalves. The sources that have been used were the criminal proceeding that was opened after his murder, in the district of Caí, in 1819, as well as *post-mortem* inventories. The sources were analyzed with the intention of reconstructing some aspects of Pedro Gonçalves life story. In this sense, we focused specially his economic activities, the constitution of his patrimony and his relationship with slaves and free men.

Key-words: Freedmen – Economic activities – Rio Grande de São Pedro

Introdução

Neste trabalho procuramos, através da análise do caso de um liberto que foi assassinado, no ano de 1819, em uma região rural próxima de Porto Alegre adentrar no universo das experiências sociais dos ex-escravos.

A principal fonte que utilizamos é o processo criminal aberto por ocasião do assassinato do liberto Pedro Gonçalves. Apesar do processo criminal ser um documento oficial, cujo caráter é normativo, com a especial finalidade de estabelecer a verdade sobre a origem e circunstâncias de determinado fato – o crime – ele tem sido utilizado com sucesso em diversos trabalhos de história social da escravidão no Brasil¹.

Procurando compreender a sua forma específica de linguagem e ultrapassando os limites impostos pela intermediação do escrivão nos depoimentos e falas das testemunhas, réus, autores e vítimas é possível reconstituir aspectos da vida dos libertos. Os mecanismos de um processo criminal pautavam-se, ao menos formalmente, pelo objetivo de reconstituir o evento criminoso fazendo com que os implicados no crime tivessem aspectos de sua vida cotidiana devassados.

Estes aspectos, em especial as relações econômicas e sociais de Pedro Gonçalves com escravos e homens livres constituem o objeto deste trabalho. Não obstante, o crime em si também será descrito, de modo a conferir inteligibilidade às informações recolhidas.

Ao realizar esta pesquisa, inspiramo-nos na obra de Edward P. Thompson, um autor de marcante influência na história social da segunda metade do século XX. Entre outros méritos, Thompson renovou os estudos históricos sobre as leis, o direito, a justiça e o crime. Em Senhores e

1 Ver, por exemplo CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; LARA, Sílvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; MACHADO, Maria Helena. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.



caçadores², realizou uma história social da Lei Negra, decretada em 1723 na Inglaterra, que aplicava pena capital a uma série de delitos que violavam direitos de propriedade.

Neste sentido, ele procurou reconstituir aspectos da vida da classe trabalhadora na Inglaterra do século XVIII, especialmente no meio rural. Neste trabalho, procuramos trilhar este caminho, analisando algumas relações econômicas e sociais vivenciadas pelo liberto Pedro Gonçalves.

Porto Alegre e seu entorno rural: algumas notas sobre a população e a economia

Na região pesquisada, o núcleo urbano mais significativo, ainda que incipiente era a vila de Porto Alegre. Limitava-se a um pequeno território ao redor do antigo Porto dos Casais, às margens do Guaíba, onde foram instalados os açorianos que chegaram no Rio Grande de São Pedro entre 1751 e 1754. No entorno deste núcleo urbanizado, existia uma extensa zona rural, com fazendas, chácaras e campos.

O liberto Pedro Gonçalves vivia no distrito do Caí, termo da vila de Porto Alegre. O núcleo urbano mais próximo do local onde residia era a Freguesia Nova (ou Nosso Senhor Bom Jesus de Triunfo). Saint-Hilaire, que esteve na região no início da década de 1820, assim descreveu a “Freguesia Nova”: “Em seguida defrontamos uma aldeia, situada à margem direita do rio e que tem o nome de Freguesia Nova. Um pouco abaixo dessa aldeia existem várias xarqueadas”³. O botânico francês, que estava vindo de Rio Pardo em direção a Porto Alegre, não parou e nem fez mais nenhum comentário sobre Bom Jesus do Triunfo, apenas a identificou como uma “aldeia”, o que demonstra o quão pouco surpreendente era essa freguesia. Deste modo, os habitantes do local freqüentemente iam a Porto Alegre, seja para vender suas produções, comprar instrumentos agrícolas e, eventualmente, resolver casos na justiça.

Essa região ligava-se a Porto Alegre através do rio Jacuí⁴, que deságua no chamado rio Guaíba. Junto com o Jacuí, no Guaíba ainda aportam três rios, quais sejam, rio dos Sinos, Caí e Gravataí. Esta confluência fluvial tornava a vila de Porto Alegre um centro de fundamental importância para o comércio da região e foi um dos motivos pelos quais a sede administrativa da capitania do Rio Grande de São Pedro instalou-se no local.

Nas margens do rio Jacuí, de Porto Alegre até a vila de Rio Pardo, foram instaladas várias charqueadas e estâncias de criação de gado, bem como fazendas e chácaras predominantemente agrícolas⁵. Esse é o cenário no qual se movia Pedro Gonçalves, junto com sua esposa e seus escravos.

A partir de fins do século XVIII, o Rio Grande de São Pedro foi integrado plenamente aos circuitos comerciais da região sudeste-sul, através de uma forte ligação com a praça mercantil do Rio de Janeiro. Sua produção voltava-se predominantemente para o abastecimento do mercado interno, através das exportações de charque e trigo⁶.

2 THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

3 SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-21. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999, p. 197.

4 O transporte de mercadorias, no rio Jacuí era feito por meio de canoas: “Os barcos que servem ao transporte de mercadorias entre Porto Alegre e Rio Pardo, têm propriamente o nome de canoa, que, no Brasil, significa propriamente piroga. São pontudas, têm um mastro, de 55 a 62 palmos de comprimento e até 20 de largura”. In: SAINT-HILAIRE (1999), op. cit., p. 192. Já o transporte rápido de pessoas era feito pelas chamadas canoas ligeiras, que “são feitas de tábuas, porém, são alongadas e estreitas como as pirogas; ordinariamente levam pintura de cor verde e são cobertas por um baldaquino igualmente pintado de verde”. Idem, p. 197.

5 MAESTRI FILHO, Mário José. O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST, 1984, pp. 59-66.

6 FRAGOSO, João L. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, pp. 141-144; Ver também a análise sobre a produção pecuária e comercialização de charque e couro no clássico PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 22ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979 [1945], pp. 94-100.



O início do século XIX foi marcado por uma aceleração do tráfico atlântico e o Rio Grande de São Pedro era um dos principais destinos da redistribuição de escravos desembarcados no Rio de Janeiro⁷. Com efeito, nota-se um crescimento na quantidade de cativos importados pela capitania sulina a partir dos primeiros anos do século XIX, tendo como origem principalmente o porto fluminense⁸.

Através de um *Mapa de População* de 1807, podemos ter uma noção da composição da população na região de Porto Alegre. Os dados que seguem discriminam apenas a população da vila de Porto Alegre e das freguesias de Aldeia dos Anjos e Viamão, mas servem para indicar a presença de escravos e libertos naquela região do Rio Grande de São Pedro. A população totalizava 9.886 pessoas, sendo 3.415 escravos (34,5%) e 887 libertos (8,9%)⁹. Percebe-se, a partir destes dados, que a proporção de escravos no conjunto da população era bastante significativa e semelhante à encontrada nas regiões de ocupação mais antiga, como o Rio de Janeiro. Em 1799, esta cidade contava com uma população total de 43.376 pessoas, sendo 14.986 escravos (34,6%) e 8.812 libertos (20%)¹⁰. Apesar da participação dos libertos ser inferior à observada na capital fluminense não podemos considerá-la como desprezível.

Trabalho na roça, lides campeiras, acesso à terra e posse de escravos: o caso do preto forro Pedro Gonçalves

Chovia muito no sábado, 20 de março de 1819, dia em que foi assassinado o liberto Pedro Gonçalves. Sua esposa, Roza Maria da Conceição, preta forra, foi acusada como autora do crime. Após ter ficado quase três anos presa, ela foi absolvida em Acórdão promulgado pela Junta Criminal de Justiça¹¹.

Segundo os depoimentos das testemunhas e dos autos de perguntas feitas aos escravos do casal e à viúva, é possível reconstituir alguns pormenores do dia em que foi morto Pedro Gonçalves. Essa tarefa torna-se interessante para o historiador uma vez que permite recuperar alguns aspectos da vida das pessoas que viviam na casa de Pedro Gonçalves. Ele, sua esposa, as escravas Joanna Cabinda e Rozaura Moçambique, os escravos Antonio “pequeno” e Antonio Rebolo e o peão Antonio cabra.

Pedro Gonçalves era um preto forro, de aproximadamente 50 anos. Não era rico, mas alcançou uma posição econômica incomum, no Rio Grande de São Pedro, para um ex-escravo em fins do período colonial. Possuía 4 cativos, um rebanho de 44 reses de marca, uma casa com lavouras e matos¹². Era casado, mas sem filhos. Teve condições de se “ajustar” com um peão (isto

7 Ver FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

8 BERUTE, Gabriel Santos. Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825. Dissertação (Mestrado) – PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

9 Mappa geral de toda a População existente na Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul no anno de 1807. Arquivo Nacional, COAT6, códice 808, vol. 3, fl. 147. Os mapas de população não são as fontes mais confiáveis para análises demográficas, mas servem para indicar aproximações.

10 Dados extraídos da Tabela 3.2, População total da cidade do Rio de Janeiro, 1799. KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 109.

11 Pedro Gonçalves foi assassinado no distrito do Caí, termo da vila de Porto Alegre. A narrativa e análise do assassinato de Pedro Gonçalves têm como fonte o processo criminal (autos sumários) aberto por ocasião do crime: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Cartório do Júri. Sumários. Maço 6, processo nº 138. Quando forem utilizadas outras fontes, elas serão indicadas em nota.

12 Os bens de Pedro Gonçalves foram arrolados no inventário que se procedeu após sua morte e consistiam em: 44 reses de marca, 10 terneiros pequenos, 18 éguas xucras, 5 cavalos mansos, 4 bois mansos, 1 casal de porcos pequenos, 1 forno de cobre novo, 1 roda de ralar mandioca, 1 carro velho, 1 roda de fiar algodão, 1 descaroçador de algodão, 4 machados velhos, 4 olhos de enxada, um baú velho e algumas roupas. Os bens mais valiosos eram os escravos: Antonio “pequeno” nação Rebolo, de 25 anos, Antonio nação Rebolo, de 40 anos, Joana nação Cabinda, de 23 anos e Rozaura



é, contratá-lo a jornais), para ajudá-lo na lida com o gado e em outras tarefas na sua “Caza”. Definitivamente, ele conquistou a possibilidade de “viver sobre si”¹³ e alargou suas margens de autonomia na sociedade.

Pedro Gonçalves, enquanto preto forro, obteve sucesso na sua vida econômica. Analisando 26 inventários *post-mortem* de libertos da região de Porto Alegre, entre os anos de 1800 a 1835, constatamos que a vida para a maioria dos ex-escravos não foi tão generosa. Antes de apresentarmos estes dados, é mister que façamos alguns comentários de caráter metodológico.

Os inventários são fontes privilegiadas para o estudo do patrimônio e das atividades econômicas exercidas pelos inventariados. No entanto, é preciso destacar que o inventário é uma fonte socialmente determinada, pois implica na observação de um extrato economicamente privilegiado de um grupo social. Aqueles libertos que morreram sem deixar bens ou sem ter constituído um patrimônio significativo, não aparecem nesta fonte. Portanto, os 26 inventariados que pesquisamos constituem a “elite econômica” do grupo social dos forros.

Isso não significa que os únicos libertos que adquiriram bens e construíram um patrimônio significativo na região estudada sejam esses 26 inventariados. Sheila de Castro Faria observa que, conforme a legislação portuguesa, quando morriam os proprietários que não tinham herdeiros necessários (filhos, pais, irmãos e parentes até o quarto grau de consangüinidade) e haviam feito testamento, não era aberto o inventário. Isso explica a exigüidade de inventários de forros encontrados por ela, na sua pesquisa no Rio de Janeiro e em São João Del Rei e também os escassos 26 inventários encontrados por nós em Porto Alegre. Na medida em que os libertos nascidos na África normalmente não tinham pais ou outros parentes residentes no Brasil, sendo muitas vezes casados e não tendo filhos, não era necessário proceder à realização do inventário quando eles deixavam testamentos¹⁴.

Portanto, é provável que muitos libertos sul-rio-grandenses que constituíram um patrimônio não tenham deixado inventários. De qualquer modo, os libertos inventariados estão entre aqueles que ascenderam economicamente de forma significativa o que certamente não era a realidade da maioria dos forros da região de Porto Alegre. Sendo assim, os dados que seguem demonstram como era rara a situação econômica de Pedro Gonçalves.

A maior parte dos 26 forros era formada por lavradores ou por aqueles que exerciam alguma ocupação urbana. Apenas 3 deles (inclusive Pedro Gonçalves), além de serem agricultores, também criavam gado. Quando analisamos a estrutura de posse de escravos entre os libertos, Pedro Gonçalves destaca-se ainda mais:

nação Moçambique, de 20 anos. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Inventários post-mortem. Maço 27. Nº 675. Curiosamente, sua casa, lavouras, cercados, potreiro e terrenos de matos não foram arrolados no inventário, mas sabemos que ele possuía esses bens pela descrição do crime e depoimentos das testemunhas no processo criminal.

13 MATTOS (1995), op. cit., pp. 31-102. Hebe Mattos demonstra que o reconhecimento da liberdade expressava-se na identificação de que os livres “viviam de” alguma coisa, normalmente “de seus bens e lavouras”, “de seu jornal”, “de seu ofício”, ou “de suas agências”.

14 FARIA, Sheila de Castro. “Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)”. In: SILVA, Francisco C. T. et alli (orgs.). Escritos sobre história e educação – Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2001, pp. 292-295.

Quadro 1 – Posse de escravos entre os libertos	
Quantidade de escravos	Nº libertos
0	16
1	05
2	03
3	01
4	01
Total	26

Fonte: 26 inventários *post-mortem* de libertos de Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão, dos anos de 1800 a 1835, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Ele era o único liberto que possuía 4 escravos, sendo que 16 forros simplesmente não eram proprietários de nenhum cativo. Outro fator importante é que os escravos de Pedro Gonçalves estavam em plena idade produtiva, não apresentavam doenças e foram bem avaliados no inventário: Antonio Rebolo, de 40 anos, foi avaliado em 140\$000 réis; Joana Cabinda, de 23 anos, 200\$000 réis; Rozaura Moçambique, de 20 anos, 170\$000 réis e Antonio “pequeno” Rebolo, de 25 anos, foi avaliado em 180\$000 réis.

A propósito das atividades econômicas da “Caza” de Pedro Gonçalves, também devemos fazer algumas considerações. Seria a pecuária que sustentava sua unidade doméstica? Acreditamos que não. A pecuária era realizada por diversas camadas sociais do Rio Grande de São Pedro, mas os grandes rebanhos estavam concentrados nas mãos dos maiores proprietários¹⁵. Para se obter lucros com a criação (venda de couros, carne e outros subprodutos) era necessária a posse de um grande número de cabeças de gado vacum, tendo em vista que a taxa de reprodução do rebanho no Rio Grande gravitava em torno de 21%¹⁶. Considerando que Pedro Gonçalves possuía apenas 44 reses, era absolutamente imprescindível que praticasse atividades agrícolas em suas terras, de forma combinada com a pecuária. E é isto que se confirma com as respostas dadas pelos escravos em seus depoimentos.

Antonio “pequeno” e Antonio Rebolo, no dia do crime, foram logo cedo para as roças, onde se plantava mandioca e algodão¹⁷. Quando perguntados de seu ofício, disseram que trabalhavam nas lavouras de seu senhor¹⁸. Pedro Gonçalves, por sua vez, teria saído ainda mais cedo que os escravos, juntamente com o peão Antonio, para “falquejar humas lenhas”. Segundo o depoimento da escrava Rozaura,

quando foi a horas do almoço veio Seu Senhor para Caza e ficou o Pião no Matto; e não querendo almossar pegou em hum frio, e se incaminhou para a Rossa dizendo hia lá apanhar hum Cavallo que estava maniado para hir Repontar o gado do fundo do Campo, e que estivesse nas Rossas, e hindo não voltou mais, e quando foi ao meio dia chegou do Matto aquele Pião para jantar¹⁹.

15 OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: Tese de doutorado (PPG- História/ UFF), 1999, p. 101.

16 Portanto, o possuidor de um rebanho de 100 cabeças de gado podia abater cerca de 21 reses por ano, sem diminuir a quantidade inicial de animais. Idem, pp. 127-128.

17 Certamente havia outros tipos de culturas nas roças, mas só podemos afirmar a existência destas duas, confirmadas pelo arrolamento de uma roda de ralar mandioca e um forno de cobre (para fazer a farinha) e pela roda de fiar algodão e descaroçador. Possivelmente, também se plantava, em pequenas quantidades feijão, milho, trigo, cana-de-açúcar, legumes e frutas diversas, especialmente laranjas, já que essas culturas eram comuns em várias regiões do Rio Grande de São Pedro. Ver SAINT-HILAIRE (1999), op. cit., pp. 117-118.

18 Antonio Rebolo, que tinha aproximadamente 40 anos, disse que tinha o ofício de barbeiro, mas trabalhava na roça.

19 “Autto de perguntas feitas a preta Rozaura escrava do falecido preto forro Pedro Gonçalves”, que consta no processo criminal.



Assim, é possível depreender, pela descrição acima e com base em outros depoimentos e testemunhos dos autos, que Pedro Gonçalves, com o auxílio do peão, encarregava-se preferencialmente do trato do gado (guardá-lo no potreiro, fazer o rodeio, colocá-lo para pastar) e realizava outras tarefas (como cortar lenha). Mas o cultivo das roças parecia ser uma atividade realizada quase que exclusivamente pelos dois escravos²⁰. As escravas Joana e Rozaura possivelmente realizavam serviços domésticos (preparando os alimentos, limpando a casa, ralando mandioca e torrando-a no forno de cobre), e tratavam e fiavam o algodão (com a roda de fiar e o descaroçador). É bem provável que também costurassem roupas mais “grosseiras”. Certamente não existia uma divisão de tarefas rígida entre os escravos, os senhores e o peão. Todos deviam ajudar nas plantações, em épocas de colheita, assim como todos ajudavam no processo de abate de uma rês, extração do couro, preparação da carne, etc., mas havia uma organização da rotina e ritmo de trabalho entre os membros da “Caza”, sob comando de Pedro Gonçalves.

Outra questão interessante que podemos abordar com base neste caso é a relação entre hierarquia social, formas de agregação e o acesso à terra por parte de ex-escravos e dos chamados “livres pobres”. Do ponto de vista hierárquico, Pedro Gonçalves era o supremo mandatário em sua “Caza”, com poder sobre seus escravos, agregados (o Peão Antonio foi assim referido nos depoimentos) e sua mulher. Porém, ele também era um agregado nas terras do Capitão Jozé Alexandre d’Oliveira, comandante do distrito do Caí.

Apesar de ser um ex-escravo, Pedro Gonçalves era respeitado pela vizinhança e desfrutava de um *status* social condizente com sua situação econômica, de pequeno senhor escravista. Tanto era assim que o peão Antonio cabra, que trabalhava com ele a jornais havia 4 meses quando ocorreu o assassinato, o tratava com deferência e de forma respeitosa, designando-o por “meu amo”²¹. Após ver o corpo de seu patrão sendo carregado para dentro de casa, o peão teria dito à viúva Roza, “como admirado”: “Minha Ama, que hé isto, matarão a meu Amo?”.

A admiração que demonstrou o peão Antonio cabra tornou-se suspeita para as escravas Rozaura e Joanna e para o escravo Antonio “pequeno”, que também carregavam o corpo. Afinal, o peão já havia visto seu amo morto, e teria saído a cavalo para avisar um afilhado de Pedro Gonçalves, Joaquim, preto forro. Os escravos, ao suspeitarem da pergunta, depois inquiriram o peão, tendo este lhes respondido que, por se achar junto ao pessoal da casa o vizinho Sebastião (que também ajudava a carregar o corpo), quis ele demonstrar estupefação para não causar desconfiança, visto que era um desertor das tropas que estavam guarnecidas no Rio Grande de São Pedro²².

20 Assim, parece confirmar-se a hipótese de Fernando Henrique Cardoso, avalizada por Mario Maestri, de que os escravos das estâncias ou de pequenas e médias fazendas de criação no Rio Grande eram alocados predominantemente na agricultura, enquanto os seus senhores dedicavam-se à criação do gado, auxiliados por peões contratados a jornais. No entanto, o caso que relatamos não pode ser conclusivo no que diz respeito à utilização da mão-de-obra escrava na pecuária. Nesse sentido, novos trabalhos constataram que os escravos campeiros eram fundamentais para o funcionamento das estâncias e fazendas de criação. Ver CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1962]. MAESTRI FILHO (1984), op. cit., pp. 45-53; OSÓRIO, Helen. “Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, século XVIII”. *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005; FARINATTI, Luís Augusto. “Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)”. *Ciência e Ambiente*. Santa Maria: n. 33, jul-dez 2006, pp. 135-154.

21 O tratamento deferente de peões com seus patrões parece ter sido comum no Rio Grande de São Pedro. O preto forro Manoel Antonio de Alencastro era peão do Tenente Domingos Pereira Maciel e foi acusado de roubar uma vaca na Aldeia dos Anjos, em 1825. Na sua inquirição ele diz ser inocente, alegando que a vaca teria sido roubada por um escravo de seu “amo”, o Tenente Domingos. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Cartório do Júri. Sumários. Maço 11, processo nº 269.

22 O botânico francês Saint-Hilaire, no relato de sua viagem ao Rio Grande do Sul, feita entre os anos de 1820 e 1821, notou as más condições em que se encontravam as tropas na Capitania sulina: “As tropas estacionadas na fronteira da Capitania são em número de 3.000 homens, compostas de milicianos da região e de uma legião de paulistas. O soldo desses homens está atrasado há vinte e sete meses, e há três anos que eles vivem unicamente de carne assada, sem pão,



Este ponto, em torno da falsidade da reação do peão, foi motivo de embates entre o advogado de defesa de Roza Maria da Conceição e a acusação²³. Algumas testemunhas aventaram a possibilidade de que Roza estaria tendo um caso com ele, e ambos teriam se acertado para assassinar Pedro Gonçalves. De fato, o peão Antonio cabra foi pronunciado como réu, mas três dias depois do assassinato ele sumiu. Pode ser que ele realmente tenha participado ou cometido o crime, mas é possível que sua explicação tenha sido sincera. Sendo desertor, ele certamente não queria retornar às tropas, acusado por vizinhos de seu amo e ainda na condição de suspeito de assassinato.

Mas o que nos interessa reter no momento é o fato de que Pedro Gonçalves ascendeu não apenas economicamente, tornando-se um pequeno senhor escravista, como também recebia um tratamento condizente com sua situação econômica. Afinal, mesmo sendo ele um ex-escravo, um preto forro, era amo de um homem livre. Como foi isso possível?

Stuart Schwartz propôs uma interpretação da sociedade escravista colonial brasileira, a partir da análise das relações sociais e econômicas no Recôncavo baiano. Segundo ele, os princípios gerados na “sociedade do açúcar” tiveram um papel fundamental na conformação da sociedade brasileira como um todo, uma vez que eles foram amplamente compartilhados e adaptaram-se a outras regiões da colônia. Nas palavras de Schwartz

O Brasil-colônia foi uma sociedade escravista não meramente devido ao óbvio fato de sua força de trabalho ser predominantemente cativa, mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores. (...) Essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América. Foi uma sociedade de múltiplas hierarquias de honra e apreço, de várias categorias de mão-de-obra, de complexas divisões de cor e de diversas formas de mobilidade e mudança: contudo, foi também uma sociedade com forte tendência a reduzir complexidades a dualismos de contraste – senhor/escravo, fidalgo/plebeu, católico/pagão – e a conciliar as múltiplas hierarquias entre si, de modo que a graduação, a classe, a cor e a condição social de cada indivíduo tendessem a convergir²⁴

Deste modo, a sociedade colonial brasileira oferecia algumas possibilidades de mobilidade social²⁵. Muitos libertos, por exemplo, chegavam a ser proprietários de escravos, mas seu *status*

sem farinha e sem sal. A ração de cada homem é de quatro libras de carne por dia, e somente constituída pelas partes mais gordas e mais carnudas dos animais. Os oficiais comem fígado com a carne, à guisa de pão. Os soldados substituem esse alimento fazendo torrar uma parte de suas rações, que comem com o resto, que é assado de modo costumeiro. Os milicianos da região estão facilmente acostumados a esse regime que pouco difere de seu modo normal de viver. Não obstante aparecerem moléstias devido ao excesso de alimentação carnívora, principalmente disenterias, sobretudo entre os paulistas, mais habituados ao uso do feijão e da farinha que ao da carne”. In: SAINT-HILAIRE (1999), op. cit, p. 33. Note-se a referência à legião composta por paulistas – da qual, provavelmente, desertou o peão Antonio cabra. Nos autos de perguntas feitas a Roza Maria da Conceição e à escrava Rozaura, Antonio é designado, respectivamente, como “paulista” e “curitibano”.

23 Várias testemunhas, assim como os escravos que estavam carregando o corpo, confirmaram que o peão Antonio teria dito isto. Porém, nas perguntas feitas a Roza Maria da Conceição, bem como nas razões de seu advogado, ela diz que o peão a perguntou se já sabia quem tinha matado a seu amo. De qualquer forma, o que nos interessa é o tratamento deferente que o peão Antonio cabra conferia a Pedro Gonçalves e à sua esposa.

24 SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 209-210.

25 O caráter da sociedade brasileira no período colonial já foi amplamente discutido na historiografia, sendo objeto de estudos clássicos, como os de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre. Muitos historiadores seguem estudando esse problema e, recentemente, algumas contribuições foram significativas para definir o estado atual da questão. Podemos, a título de exemplo, referir-nos a duas obras, cujos pontos de vista são divergentes: BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



seguia sendo inferior ao dos brancos de mesma condição econômica. Portanto, é a partir da relação entre classe, cor e condição social que podemos compreender a ascensão social de Pedro Gonçalves.

Neste sentido, ser um senhor de escravos foi um fator fundamental para a ascensão social de Pedro Gonçalves. Nos limites deste trabalho, ainda poderemos analisar brevemente outra condição para sua mobilidade, o acesso à terra. Vimos que ele era agregado nas terras do Capitão Jozé Alexandre d'Oliveira. Esse é um ponto importante para que possamos compreender um pouco da situação de um liberto que vivia em zonas rurais no Rio Grande de São Pedro.

Alguns historiadores já demonstraram que os alforriados, nas zonas rurais, controlavam um pequeno pedaço de terra, cuja produção voltava-se prioritariamente para a subsistência, sendo que o excedente obtido era vendido nos mercados locais. Esse pedaço de terra provavelmente era concedido por seus ex-senhores, às vezes desde os tempos em que eram cativos²⁶. No caso dos escravos, esse tipo de acesso à terra foi chamado de “brecha camponesa”, por Ciro Cardoso²⁷. O objetivo da permissão senhorial para o cativo cultivar uma roça própria seria a diminuição dos custos do sustento dos escravos, portanto a brecha camponesa seria uma opção senhorial de caráter fundamentalmente econômico. Já outros autores defendem a tese de que a principal função deste mecanismo seria ideológica, sendo uma opção de caráter político, com o objetivo de melhor controlar os escravos e manter a ordem escravista²⁸.

Pedro Gonçalves permitia a seus escravos o cultivo de uma roça própria. Antonio Rebolo e Antonio “pequeno” encontraram o corpo do preto forro naquele sábado chuvoso. Eles estavam retornando das roças de seu senhor para jantar, um pouco depois do meio-dia, quando viram que uns bois estavam em *suas* roças. Indo ao local para “enchutar” os ditos bois e levá-los ao curral, viram uns urubus mais adiante sobrevoando o corpo.

É possível que, assim como concedia parcelas de terras para que seus escravos cultivassem, Pedro Gonçalves tenha recebido de seu senhor, quando era cativo, a mesma concessão. O fato de ser casado, talvez desde os tempos em que era cativo, pode o ter beneficiado. Os senhores costumavam conceder parcelas de terras aos escravos que tivessem vínculos familiares estáveis. Deste modo, segundo Hebe Mattos, os senhores fomentariam rivalidades entre os escravos, o que facilitaria o seu domínio e controle²⁹. Por outro lado, a família e o acesso à terra constituíam uma experiência de liberdade:

[...] da mesma forma que a mobilidade espacial, a família nuclear e a rede de relações pessoais e familiares a ela ligada permanecem essenciais na experiência dos homens livres por todo o século passado [século XIX], como já haviam sido no período colonial³⁰.

Infelizmente, não temos como verificar, com as fontes de que dispomos como, originalmente, Pedro Gonçalves obteve acesso às suas terras. Mas, tendo em vista algumas contribuições teóricas, podemos aventar algumas hipóteses.

26 MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 202-204; SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. São Paulo: EDUSC, 2001, pp. 99-101 e 146-150.

27 CARDOSO, Ciro Flamarion S. “A brecha camponesa no sistema escravista”. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 133-154. Neste trabalho, Cardoso desenvolve a tese de que a brecha camponesa conformaria um “proto-campesinato” escravo. Na sua definição do conceito de camponês, três condições são fundamentais: a segurança no acesso à parcela, grau de relação direta com o mercado e grau de gestão sobre a parcela quanto à distribuição dos recursos disponíveis. Cardoso considera que os escravos, em várias regiões escravistas da América, possuíam estabilidade e autonomia bastante significativas em relação às três condições.

28 REIS, João J. e SILVA, Eduardo. “A função ideológica da brecha camponesa”. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 22-31.

29 MATTOS (1995), op. cit., pp. 137-167. A autora, referindo-se aos homens livres pobres no século XIX, aponta para o fato de que “a relação familiar tornava-se potencializadora de propriedade, mesmo que apenas de uma situação (lavouras e benfeitorias) em terra alheia e sem escravos”. Idem, p. 63.

30 Idem, p. 72.



Giovanni Levi, em Herança imaterial, constatou que o mercado de terras no Piemonte no século XVII não era regulado pela lei da oferta e procura, isto é, não funcionava com base nos preços de mercado. O que determinava os preços das terras era a “qualidade” ou, em outras palavras, a condição social do comprador e do vendedor e, fundamentalmente, os vínculos parentais entre as famílias camponesas da região³¹. Levi baseou-se nas formulações de Karl Polanyi, economista que demonstrou como a sociedade de mercado (onde a economia se constitui enquanto uma esfera autônoma no corpo social) era um fenômeno histórico e transitório, que surgiu na Inglaterra no século XIX³².

A sociedade sul-rio-grandense, no início do século XIX, não tinha sua economia organizada de forma autônoma, e o mercado de terras não era auto-regulável. Neste sentido, apesar de não sabermos se Pedro Gonçalves teve acesso à terra através de doação, concessão de seu ex-senhor ou compra de uma situação rural, reveste-se de significado o fato de que ele era um agregado nas terras de um grande proprietário da região, comandante do distrito e com patente de capitão. Assim, as relações entre Pedro Gonçalves e o Capitão Jozé Alexandre d’Oliveira são nexos importantes para compreender o acesso à terra por parte do preto forro. Como ainda não temos fontes que nos informem sobre essas relações, recorreremos à bibliografia pertinente ao assunto para assim sugerir algumas possibilidades.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, em obra escrita na década de 1960³³, entende que a existência de terras em abundância no Brasil, junto com a concentração fundiária (política de sesmarias, datas e outros mecanismos legais e ilegais que garantiam a posse de grandes extensões) e a escassez de mão-de-obra (que dificultava a exploração de toda a propriedade) permitiu que, sem prejuízo aos grandes proprietários, fossem cedidas terras de favor. Para a autora, isto possibilitou que os agregados mantivessem um estilo de vida de pequeno lavrador independente, o que inclusive teria obstado o aproveitamento regular do caipira (ela se referia à expansão e desenvolvimento da grande lavoura no Vale do Paraíba) nos serviços da agricultura de exportação.

Hebe Mattos, em Ao sul da história, um estudo de história agrária para a região de Capivary, durante a segunda metade do século XIX, dialoga com Maria Sylvia Carvalho Franco. Para a autora, Franco teria simplificado o complexo universo dos chamados “livres pobres”, associando a essa categoria desde agregados e camaradas até sitiantes e tropeiros, que possuíam graus de inserção econômica e laços de dependência com os grandes proprietários escravistas muito variados. Segundo Mattos,

a dependência pessoal aos maiores proprietários (...) só se realizava plenamente quando o lavrador pobre transformava-se em “camarada”, entendido como aquele que, além de sua pequena roça, dependia basicamente da realização de trabalhos complementares devidos a um só “amo”, muitas vezes também proprietário legal da terra onde morava, para a reprodução de sua existência.³⁴

No Rio Grande de São Pedro, uma situação análoga a dos camaradas seria a de alguns peões, que também tinham laços de dependência pessoal com apenas um proprietário e o designavam por amo, como foi visto no caso do peão Antonio Cabra em relação a Pedro Gonçalves.

Então como pode-se compreender a situação de Pedro Gonçalves? Talvez seja mais útil associa-lo à categoria de lavradores pobres. Mattos observou que em Capivary os lavradores pobres

31 LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Ver, em especial, o capítulo III, “Reciprocidade e comércio da terra”, pp. 131-172.

32 POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. A obra foi publicada originalmente em 1944.

33 FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. A 1ª edição do livro é de 1969.

34 MATTOS, Hebe. Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 107.



possuíam em média 3 escravos e a grande maioria era proprietária de “situações rurais”. Ao longo da década de 1870, o número de escravos decresceu, ao mesmo tempo em que aumentou a quantidade de proprietários rurais³⁵. Ora, o preto forro era proprietário de 4 escravos e também explorava uma situação rural. No entanto, é necessário observar que o período estudado por Mattos foi a segunda metade do século XIX, quando a propriedade escrava era mais escassa e concentrada. Por outro lado, no Rio Grande de São Pedro os plantéis eram muito menores do que os do Rio de Janeiro, de modo que ser proprietário de 4 cativos em idade produtiva colocava o liberto em uma posição intermediária no que diz respeito à estrutura de posse de cativos.

Mas, pensando especificamente na relação de agregação de Pedro Gonçalves com o Capitão Jozé Alexandre d’Oliveira também é útil refletir acerca das conclusões de Silvia Lara, em Campos da violência. A autora identificou, nos Campos dos Goitacases no período colonial, o agregado como parte de um nível intermediário na hierarquia social. Assim, ele fazia o papel, junto com os feitores, de mediador na relação pessoal de dominação entre o senhor e o escravo. As condições específicas dos agregados eram muito variadas. Poderiam ser claramente distinguidos enquanto homens livres ou forros, sendo inclusive pequenos proprietários escravistas, ou poderiam ser confundidos com cativos³⁶.

Assim, levando-se em conta a importância que o agregado tinha para os grandes proprietários, pode-se entender como Pedro Gonçalves pôde agregar-se e ter uma estabilidade que o permitiu realizar cultivos, possuir escravos e um pequeno rebanho. Mas, essa situação favorável do liberto não se devia unicamente aos favores de um grande proprietário. Certamente sua posição econômica e social era referendada pelo costume, através de relações verticais (com o capitão) e também horizontais (com outros agregados e homens livres da região).³⁷ Chegando a ser amo de um homem livre, o preto forro Pedro Gonçalves é um exemplo da restrita mobilidade social que tornava a estratificação hierárquica da sociedade colonial brasileira tão complexa e multifacetada.

Considerações finais

A inserção social e econômica do liberto Pedro Gonçalves, como vimos, era rara no Rio Grande de São Pedro em fins do período colonial, apesar de não ser tão incomum em outras regiões do Brasil. Então, qual seria o interesse, para o historiador, em analisar pormenorizadamente este caso, tal qual acabamos de fazer?

Para responder a esta questão, retomaremos algumas discussões teóricas e historiográficas, em especial a propósito da micro-história italiana. A história social que se definiu em torno da primeira e da segunda geração dos *Annales* sofreu, nas três últimas décadas, uma série de críticas, tendo surgido, concomitantemente, novas propostas para o seu desenvolvimento. As pesquisas de cunho quantitativo, que baseavam-se em longas séries de dados e privilegiavam uma abordagem estrutural do social foram perdendo espaço para outros tipos de abordagem, entre elas a micro-história³⁸.

O projeto dos micro-historiadores tem um caráter fortemente empírico e propõe a redução da escala de análise, como uma forma de abordar os objetos da história social a partir de um novo enfoque:

Ela [a abordagem micro-histórica] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva

35 Idem, p. 92.

36 LARA (1988), op. cit., pp. 165-182.

37 Para uma discussão sobre o acesso à terra na Inglaterra no século XVIII e a suas relação com os direitos costumeiros, ver THOMPSON, Edward P. “Costume, lei e direito comum”. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 86-149.

38 REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15-38.



não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama.³⁹

Nesse sentido, revitalizou-se, não apenas por mérito dos micro-historiadores o uso da biografia como um método de análise na história social. O retorno da biografia trouxe consigo novas possibilidades de abordar o problema da relação entre normas e práticas e da liberdade individual e racionalidade dos indivíduos.

Parece-me (...) que deveríamos indagar mais sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha. Decerto essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo no entanto uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores. Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.⁴⁰

Assim, um método profícuo para conhecer mais aspectos da vida dos escravos e libertos – suas possibilidades de inserção econômica, esferas de sociabilidade, parentesco, identidade étnica e graus de liberdade no interior de um sistema escravista e hierarquizado – é a biografia histórica.

Neste trabalho, não reconstruímos propriamente a trajetória de vida de Pedro Gonçalves. Mas, reduzindo a escala de análise, conseguimos compreender alguns aspectos importantes de sua inserção social. Enfim, gostaríamos de dizer que este trabalho é fruto de uma exploração inicial acerca da inserção social dos libertos no Rio Grande de São Pedro. A partir deste estudo, conjugando em uma análise mais ampla outros casos e fontes, poderemos enriquecer o conhecimento sobre as experiências sociais dos libertos em fins do período colonial.

39 Idem, p. 20.

40 LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Morais (orgs.) Usos & abusos da História oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 179-180.